

De: Abramge Diretoria [diretoria@abramge.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 16 de março de 2011 16:38
Para: ggras.dipro@ans.gov.br
Cc: Claudio Tafla - Ditec/SP; 'Abramge Diretoria'
Assunto: GT Idosos

1

GT Idosos – A/C da Dra. Martha de Oliveira – oferecimento de sugestões e ponderações sobre o tema: “Criação de Incentivos Para Programas de Promoção do Envelhecimento Ativo no Âmbito da Saúde Suplementar.”

Prezada Dra. Martha,

Em primeiro lugar gostaríamos de deixar consignado que, no Grupo de Trabalho em tela, continuará como representante da ABRAMGE o Dr. Cláudio Tafla, que representou esta entidade na reunião inaugural.

Examinando o material produzido pela ANS sobre o assunto, objeto deste GT, preliminarmente entende-se que matéria de tamanha envergadura e impacto na operação de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, como é o caso da proteção ao idoso, deve merecer um estudo cauteloso, aprofundando-se na avaliação das propostas oferecidas, desenvolvendo-se os respectivos debates, chegando-se às conclusões que foquem todos os aspectos da problemática. Por conseguinte, desde já requerer-se mais prazo de, no mínimo, 60 dias desta data, para que se tenha a possibilidade de realizar um trabalho técnico e político-social adequado, não se lançando, precipitadamente, no mercado, proposições que, muito embora sejam oriundas de boas intenções, de parte de seus autores, falhem exatamente pela falta de sustentabilidade nos aspectos aqui mencionados.

Feita a ponderação preliminar, e, atendendo à solicitação da ANS e apenas com o intuito de levar ao conhecimento do Grupo Técnico algumas sugestões iniciais para o debate sobre o tema proposto, abaixo se tecem considerações que se representam importantes para tanto:

- 1) A princípio não concordamos com a interferência da ANS nas ações e nas estratégias de gestão das operadoras, principalmente em relação ao tema proposto.
- 2) Vemos com muita dificuldade a discussão de um tema tão complexo e necessário, em um prazo tão pequeno e em discussões tão restritas.
- 3) Temos muitos questionamentos a respeito dos impactos sociais, financeiros e administrativos (logísticos e estruturais) desta população referida, em crescimento constante e desequilibrado, conforme apresentação da própria ANS, em relação à Saúde Suplementar como se encontra hoje.
- 4) Questões, como a Portabilidade, podem interferir negativamente no conceito e princípio destes programas, em relação a interesses financeiros dos beneficiários, que poderiam optar por planos como estes em detrimento de seus atuais, pelo estímulo financeiro, apenas.
- 5) Somos contrários a Resoluções Normativas que a ANS pretenda colocar de forma retroativa, em termos de direitos dos beneficiários, o que causa desequilíbrio das carteiras das operadoras, além de ser inconstitucional tal aplicação da norma nova para incidi-la sobre os contratos vigentes antes de sua edição (inciso XXXVI do art. 5º da CF).
- 6) Nossos planos e reajustes já sofrem pressões inflacionárias que não são equiparadas pelos reajustes liberados pela ANS, criando discrepâncias severas.
- 7) A bonificação proposta será facultativa, segundo a RN, mas certamente haverá pressão por parte dos usuários nas operadoras que optarem em não oferecer tal produto.
- 8) Temos receio quando afirmam que envolverá todos os participantes do grupo ou produto no qual a operadora se inscrever (Artigo 4º, §2º), por questões epidemiológicas distintas dos beneficiários destes mesmos grupos.
- 9) O percentual de bonificação deve ser igual a todos os participantes (Artigo 7º e 8º), mas as situações individuais, custos médicos e epidemiologias são diferentes. Como os valores praticados e as receitas geradas são iguais e tabeladas em determinada faixa etária, geraremos maior discrepância.
- 10) O conceito de “bonificação” (Artigo 3º, concessão de vantagens pecuniárias, representada por desconto nas contraprestações) e qual sua forma (Artigo 6º), não ficou clara e explícita, e pode abrir um leque de dúvidas e possibilidades jurídicas, além de poder ser discriminatório sob o olhar do Poder Judiciário.

- 11) Nos contratos individuais e coletivos por adesão existe a possibilidade de canibalização de outros produtos, além de possibilitar uma anti-seleção.
- 12) Nos contratos de pessoa jurídica deveremos tomar cuidado com a proporcionalidade de valores a serem cobrados entre os planos (1ª e última faixa etária), fato que deveria ser melhor e mais intensamente visto pela ANS, no sentido de possibilitar que as operadoras customizem, pelo menos na entrada, beneficiários acima de 59 anos de uma forma mais justa e preventiva em relação à impossibilidade de reajustes nesta faixa etária em diante.
- 13) As ações constantes do incentivo se encaixam em qualquer faixa etária, segundo Artigo 3º, embora tenhamos conhecimento que os efeitos destas ações são diferentes em relação aos indivíduos de acordo com suas características pessoais.
- 14) O prazo de vigência do programa, uma vez feita a opção, até para que as ações sejam percebidas e colhidas, deve ser maior do que 12 meses e seria fundamental que fizéssemos um prazo de carência, entre a inscrição do beneficiário, e sua bonificação, em relação ao valor pago pelo plano, uma vez que os resultados colhidos por esta ação, caso o beneficiário venha a aderir, fielmente, ao programa, serão percebidas apenas após algum prazo mais futuro.
- 15) A obrigatoriedade de informar a outros beneficiários, que não só os solicitantes, que estejam em um mesmo grupo, sobre a bonificação e sua opção (Artigo 11º), prejudica e onera a operadora, pois segundo o artigo, ficaria a cargo da mesma comunicar e divulgar algo que deveria ser do interesse do beneficiário.
- 16) Não ficou muito claro o conceito de “impedir ou dificultar a entrada de beneficiários”, no Artigo 13º, podendo gerar conflitos jurídicos futuros.
- 17) Não ficou claro como o “beneficiário informará sua decisão de não permanecer no programa”, e qual o prazo, pois o Artigo 14º é vago e não coloca estas informações.

Assim, a ABRAMGE reivindica que o Grupo Técnico dos Idosos analise com atenção e cuidado as ponderações e sugestões ora apresentadas, solicitando o deferimento de maior prazo para o estudo da questão, para que seja possível apresentar a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora, um trabalho adequado para respaldar qualquer decisão da ANS a respeito do assunto.

Sem mais, firmamo-nos.



Arlindo de Almeida
Presidente
Associação Brasileira de Medicina de Grupo
diretoria@abramge.com.br
(11) 3769-7511

www.abramge.com.br